



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
CENAF, Lote 7, Variante 2 - Bairro Capucho - CEP 49081-000 - Aracaju - SE - <http://www.tre-se.jus.br>

EDITAL DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO
PREGÃO 6/2019-ELETRÔNICO
PROCESSO SEI Nº 0016353-11.2019.6.25.8000

ATENÇÃO

O Acórdão TCU 754/2015 Plenário determinou aos órgãos da Administração Pública que: "(...) autuem processo administrativo com vistas à apenação das empresas que praticarem, injustificadamente, ato ilegal tipificado no art. 7º da Lei 10.520/2002 e alertem-nos de que tal dispositivo tem caráter abrangente e abarca condutas relacionadas não apenas à contratação em si, mas também ao procedimento licitatório e à execução da avença(...)".

Em cumprimento à determinação, alerta-se para que o licitante analise detalhadamente o edital e seus anexos para formular proposta/lance passível de cumprimento.

A prática injustificada de atos tais como: não manter a proposta (ex. desistência, não envio de amostra, planilha, laudos) e deixar de enviar documentação exigida (ex. documentos de habilitação), sem prejuízo de outras infrações cometidas na licitação/contratação, sujeitará o licitante às penalidades cabíveis, apuradas em regular processo administrativo, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE**, doravante denominado **TRE/SE**, CNPJ 06.015.356/0001-85, com sede no Centro Administrativo Governador Augusto Franco (CENAF), Variante 2, Lote 7, bairro Capucho, CEP 49.081-000, Aracaju-SE, comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, em meio **ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, **PARCIALMENTE EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE** (itens 1 e 2: software e aparelho telefônico, respectivamente), adotando-se para o item 3 (scanner) a **AMPLA COMPETIÇÃO** e para o ITEM 4 (scanner) a **COTA RESERVADA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, dirigida por seu Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio, designados pela Portaria 606, de 19/06/2017, e regida pela Lei 10.520, de 17/7/2002, pelo Decreto 5.450, de 31/5/2005, pela Lei Complementar 123, de 14/12/2006, pelo Decreto 8.538, de 06/10/2015, pelo Decreto 7.174, de 12/5/2010, pela Resolução CNJ n.º 182, de 17/10/2013, pela Resolução 120/2015 TRE/SE e, subsidiariamente, pela Lei 8.666, de 21/6/1993 e suas alterações, bem como subordinada às condições e exigências estabelecidas neste Edital e em seu(s) Anexo(s), objetivando a **AQUISIÇÃO DE LICENÇA DE USO DO SOFTWARE MICROSOFT OFFICE 2016 OU SUPERIOR, APARELHO TELEFÔNICO TIPO VOIP E SCANNER**.

Este Pregão Eletrônico será julgado pelo tipo de licitação **MENOR PREÇO**, segundo o fator **PREÇO POR ITEM**, e terá como fonte para seu pagamento recursos orçamentários e financeiros oriundos do Orçamento

Geral da União e correrá à conta do Programa de Trabalho 02.122.0570.20GP.0028 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral, PTRES: 084632. Grupo Natureza de Despesa (GND) – Investimentos.

A sessão pública, com o uso de recursos de tecnologia da informação, ocorrerá às **09h (nove horas), HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF, DO DIA 6 DE AGOSTO DE 2019**, através do site www.comprasgovernamentais.gov.br.

CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 O objeto deste Pregão Eletrônico é a **aquisição de licença de uso do software microsoft office 2016 ou superior, aparelho telefônico tipo VOIP e scanner**, de acordo com as normas estabelecidas neste Edital e em seu(s) Anexo(s).

CLÁUSULA SEGUNDA CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 Para participar do Pregão Eletrônico, o licitante deverá se credenciar no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e obter chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema (www.comprasgovernamentais.gov.br).

2.1.1 O credenciamento junto ao provedor do sistema (www.comprasgovernamentais.gov.br) implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

2.1.2 Para participação neste Pregão Eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema (www.comprasgovernamentais.gov.br), que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital.

2.2 O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br) é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRE/SE responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido, ainda que provocados por terceiros.

2.3 Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis antes da data de realização deste Pregão Eletrônico.

2.4 Não será admitido o consórcio de licitantes.

2.5 Não poderão participar deste certame:

2.5.1 Empresários cujos estatutos ou Contratos sociais não incluam o objeto deste Pregão.

2.5.2 Empresas que tenham entre seus empregados cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE/SE.

2.5.3 Pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário, ainda que sem função gerencial, servidor, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

CLÁUSULA TERCEIRA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

3.1 A participação neste Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta, a partir de **25 DE JULHO DE 2019**, data da publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União (DOU), Seção 3, até **6 DE AGOSTO DE 2019**, antes da abertura da sessão pública, em formulário específico, exclusivamente por meio do sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br).

3.1.1 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

3.2 O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

3.3 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br) durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

3.4 Nas propostas serão considerados obrigatoriamente:

3.4.1 Preços, em moeda nacional, observando-se as especificações necessárias indicadas no **Anexo I - Termo de Referência** e inclusos os encargos ou despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, tais como: impostos, taxas, transportes, seguros, encargos fiscais e todos os ônus diretos.

3.4.2 Especificações do objeto e prazos, conforme Anexo I - Termo de Referência e cláusula quinta deste Edital.

3.4.2.1 O encaminhamento da proposta implica adesão à descrição complementar constante do Anexo I - Termo de Referência.

3.4.2.1.1 É desnecessária a repetição dos termos constantes da descrição complementar.

3.4.2.1.2 Não será considerado o preenchimento do campo em desconformidade com a descrição complementar.

3.4.3 A declaração firmada no campo próprio de que atende os requisitos do art. 3º, I ou II, da Lei Complementar 123/2006, sob pena de decadência do direito de pleitear os benefícios previstos na referida Lei.

CLÁUSULA QUARTA

FORMA DE HABILITAÇÃO

4.1 O licitante, para habilitar-se, deve apresentar os seguintes documentos:

4.1.1 Comprovação de cadastramento feita mediante apresentação do Certificado de Registro Cadastral (CRC) expedido por qualquer órgão ou entidade da administração pública ou, em sua falta, apresentação dos documentos estipulados a seguir, conforme o caso:

4.1.1.1 Registro comercial, no caso de empresário.

4.1.1.2 Ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

4.1.1.3 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

4.1.1.4 Prova de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica.

4.1.1.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente a seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste Instrumento.

4.1.2 Prova de regularidade para com as Fazendas federal (certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de tributos e contribuições federais e certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa da dívida ativa da União), e estadual (quando o ramo de atividade do licitante for o comércio) ou municipal (quando o ramo de atividade do licitante for a prestação de serviço), do domicílio ou sede do licitante ou outra equivalente, na forma da lei.

4.1.3 Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

4.1.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A do Decreto-Lei 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT).

4.1.5 Prova de não-inclusão no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>.

4.1.6 Prova de não-inclusão no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA), disponível em: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php.

4.2 Os empresários ou sociedades com Níveis I (Credenciamento), II (Habilitação Jurídica), III (Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal) e IV (Regularidade Estadual ou Municipal, conforme o caso) válidos no Sistema de

Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ficam dispensados de apresentar os documentos exigidos nos **itens 4.1.1 a 4.1.4**, devendo cumprir as demais exigências.

4.3 A regularidade do licitante no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) será constatada por meio de consulta on-line, na fase de habilitação.

4.4 No sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), ao assinalar o campo específico no qual declara estar ciente e concordar com as condições contidas no Edital e em seu **Anexo I – Termo de Referência**, o licitante também estará declarando que não viola a proibição do art. 7º, XXXIII, da CF/1988, ou seja, que não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, e que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ficando, assim, dispensado do encaminhamento da declaração em referência.

CLÁUSULA QUINTA

PRAZOS

5.1 O prazo de validade da Proposta será de **60 (sessenta) dias** contado da sua recepção, considerando-se para este fim a data da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

5.2 O TRE/SE, observando o prazo de validade da proposta, convocará o adjudicatário para, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data em que receber a convocação, assinar o Contrato ou retirar a Nota de Empenho, conforme o caso.

5.2.1 Integram o Contrato e a Nota de Empenho, independentemente de sua transcrição, o Edital deste Pregão Eletrônico, seu(s) anexo(s) e a proposta da Contratada.

5.3 Os prazos, o local de entrega e as demais condições de execução contratual encontram-se definidos no Anexo I - Termo de Referência e no Anexo IV - Minuta de Contrato.

CLÁUSULA SEXTA

PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

6.1 Dos Esclarecimentos e da Impugnação ao Edital

6.1.1 Qualquer pessoa poderá:

6.1.1.1 Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, apresentar pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório, **exclusivamente** por meio do endereço eletrônico licitacoes@tre-se.jus.br.

6.1.1.2 Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, impugnar o Edital, por meio do endereço eletrônico licitacoes@tre-se.jus.br.

6.1.2 O Pregoeiro, auxiliado pela Seção de Licitações, decidirá sobre o esclarecimento ou impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas do seu recebimento.

6.1.2.1 O pedido de esclarecimento ou impugnação enviado depois do encerramento das atividades do dia será considerado recebido na primeira hora do expediente do dia útil seguinte, no TRE/SE, cujo horário de funcionamento é das 7h às 13h.

6.1.2.2 O pedido de esclarecimento ou impugnação e sua resposta estarão disponíveis nos sítios www.comprasgovernamentais.gov.br e www.tre-se.jus.br.

6.1.3 Acolhida a impugnação e se ela afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

6.2 Da Classificação das Propostas e Formulação dos Lances

6.2.1 O Pregoeiro, via sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), dará início à sessão pública, na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação das propostas recebidas em conformidade com o item **3.1**.

6.2.1.1 O Pregoeiro procederá à verificação da conformidade das propostas quanto ao objeto, desclassificando fundamentadamente as que não atendam às exigências deste Edital.

6.2.1.2 A proposta somente será classificada para a etapa competitiva se atender aos requisitos **do item**.

6.2.2 Aberta a sessão pública, na fase de lances, o licitante poderá encaminhá-los exclusivamente por meio do sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), sendo imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.2.2.1 Os lances serão ofertados pelo VALOR TOTAL, por item.

6.2.3 O licitante poderá oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

6.2.4 Somente será aceito lance inferior ao último valor registrado no sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br) e ofertado pelo mesmo licitante.

6.2.5 Em havendo mais de um registro de igual valor **para o item**, prevalecerá aquele que for recebido em primeiro lugar.

6.2.6 Durante a Sessão Pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

6.2.7 A fase de lances será encerrada mediante aviso de seu fechamento iminente aos licitantes, por meio do sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br).

6.3 Da Aceitabilidade das Propostas e Habilitação dos Licitantes:

6.3.1 Das Condições Gerais de Aceitabilidade:

6.3.1.1 Após o encerramento da fase de lances, e antes de analisar a aceitabilidade da proposta, o Pregoeiro deverá encaminhar contraproposta, via chat do sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), ao licitante classificado em primeiro lugar **para o item**, a fim de:

6.3.1.1.1 Obter preço mais vantajoso para a Administração.

6.3.1.1.2 Ajustar o(s) preço(s) que se encontre(m) superior(es) ao(s) valor(es) de referência, caso em que o licitante será convocado a fazê-lo, até o limite e no prazo informados pelo Pregoeiro, podendo esse prazo ser prorrogado, se houver justificativa plausível do licitante.

6.3.1.2 Serão recusadas as propostas:

6.3.1.2.1 Cujo(s) preço(s) não seja(m) ajustado(s) conforme **item 6.3.1.1.2**.

6.3.1.2.2 Cujo(s) preço(s) seja(m) manifestamente inexequível(is), assim considerado(s) aquele(s) que não venha(m) a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos dos insumos sejam coerentes com os praticados no mercado.

6.3.1.2.3 Cujas características não sejam compatíveis às especificações do objeto.

6.3.1.3 Havendo necessidade de esclarecimentos complementares ou indícios de inexequibilidade da proposta (incapacidade para o cumprimento das obrigações a serem assumidas), o licitante será convocado, via chat, para que se manifeste, no prazo estipulado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação, podendo esse prazo ser prorrogado, se houver justificativa plausível do licitante.

6.3.1.3.1 Para efeito de comprovação da exequibilidade da proposta de preços poderão ser adotados, dentre outros, os seguintes procedimentos:

6.3.1.3.1.1 Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativa e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade.

6.3.1.3.1.2 Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas.

6.3.1.3.1.3 Verificação de outros Contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada.

6.3.1.3.1.4 Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

6.3.2 Quanto aos **itens 1 e 2 (software e aparelho telefônico, respectivamente)**, o pregão será exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte.

6.3.3 Quanto aos **itens 3 e 4 (scanner)**, observar-se-á o disposto nos artigos 47 e 48, III, da LC 123/2016 (cota principal e cota reservada).

6.3.4 Do Tratamento Diferenciado e Favorecido (Lei Complementar 123/2006 e Decreto 8.538/2015):

6.3.4.1 Quanto ao **item 3 (cota principal)**, adotar-se-á o seguinte procedimento:

6.3.4.1.1 Se a proposta classificada em primeiro lugar não for ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e existir(em) outra(s) proposta(s) superior(es) em até 5% (cinco por cento) ofertada(s) por microempresa(s) ou empresa(s) de pequeno porte, esta(s) poderá(ão) ofertar, pela ordem, no prazo de até 5 (cinco) minutos, proposta(s) inferior àquela.

6.3.4.1.2 Não exercitado, o direito preclui, sendo convocada a(s) microempresa(s) ou empresa(s) de pequeno porte seguinte, se houver.

6.3.4.1.3 Não prosperando o procedimento de desempate, será analisada a aceitabilidade da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.

6.3.4.2 Quanto ao **item 4 (cota reservada)**, na hipótese de não haver aceitação de proposta de microempresas ou empresa de pequeno porte, poderá ser aceita a proposta classificada em primeiro lugar para o item 3 (cota principal) ou, diante de sua recusa, a(s) proposta(s) do(s) licitante(s) remanescente(s), desde que este(s) pratique(m) o(s) preço(s) da proposta classificada em primeiro lugar para a cota principal.

6.3.4.3 Se o mesmo licitante vencer o item 3 (cota principal) e o item 4 (cota reservada), a contratação deverá ocorrer pelo menor preço.

6.3.4.4 Dar-se-á prioridade à contratação do licitante vencedor do item 4 (cota reservada).

6.3.5 Do Direito de Preferência (Decreto 7.174/2010):

6.3.5.1 Será assegurada preferência ao licitante que apresente, pela ordem, a(s) seguinte(s) característica(s):

6.3.5.1.1 Bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB).

6.3.5.1.2 Bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País.

6.3.5.1.3 Bens e serviços produzidos de acordo com o PPB.

6.3.5.2 Para o exercício do direito de preferência, o licitante deverá declarar em campo próprio, **para o item**, que atende aos requisitos do Art. 5º do Decreto 7.174, de 12/5/2010, sob pena de decadência do direito de pleitear os benefícios previstos no referido Decreto.

6.3.5.2.1 De acordo com a declaração prestada, o licitante será convocado para oferecer lance igual ou inferior ao da melhor proposta válida, no prazo fixado pelo sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), sob pena de preclusão do seu direito.

6.3.5.3 O exercício do direito de preferência será concedido e operacionalizado por meio do sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), observando-se os seguintes procedimentos, sucessivamente:

6.3.5.3.1 Aplicação das regras previstas no item **6.3.5.1**, com a classificação dos licitantes cujas propostas finais estejam situadas até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta válida, conforme o critério de julgamento, para o exercício do direito de preferência.

6.3.5.3.2 Convocação dos licitantes classificados que estejam enquadrados no item **6.3.5.1.1**, na ordem de classificação, para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida para o item.

6.3.5.3.3 Caso a preferência não seja exercida na forma do item **6.3.5.3.2**, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no item **6.3.5.1.2**, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o item **6.3.5.1.3**, caso esse direito não seja exercido.

6.3.5.4 A comprovação do atendimento ao PPB ou aos bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País será feita mediante apresentação do documento comprobatório da habilitação à fruição dos incentivos fiscais regulamentados pelos Decretos 5.906/2006 ou 6.008/2006.

6.3.5.4.1 A comprovação será feita:

6.3.5.4.1.1 Eletronicamente, por meio de consulta ao sítio eletrônico oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) (<http://www.mctic.gov.br/SISEPIN/leiDeInformatica/empresasHabilitadas>) ou da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) (<http://site.suframa.gov.br/>); ou

6.3.5.4.1.2 Por documento expedido para esta finalidade pelo MCTIC ou pela SUFRAMA ou por outro órgão ao qual seja legalmente atribuída tal competência, **mediante solicitação do licitante**.

6.3.5.4.2 Não serão aceitos como meio de comprovação documentos e/ou declarações emitidos pelo próprio licitante ou pelo fabricante.

6.3.5.5 Na hipótese de **nenhum dos licitantes** preencher os **requisitos elencados no item 6.3.5.1**, prevalecerá o resultado inicialmente apurado pelo sistema eletrônico.

6.3.6 Das Condições Específicas de Aceitabilidade (Conformidade às Especificações e Requisito de Sustentabilidade Ambiental):

6.3.6.1 Deverá(ão) o(s) licitante(s) classificado(s) em primeiro lugar, no prazo estipulado pelo pregoeiro no sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), **apresentar** informações comprobatórias das características

solicitadas, mediante apresentação de documentos fornecidos pelos fabricantes dos produtos, tais como: catálogos, manuais, fichas de especificação técnica, informações obtidas em sites oficiais do fabricante na internet, devendo-se, nesse caso, ser fornecida URL (*Uniform Resource Locator*) ou apresentada declaração do fabricante.

6.3.6.1.1 Serão aceitos documentos tanto em português quanto em inglês.

6.3.6.2 Para fins de comprovação do consumo eficiente de energia elétrica (**aplicável ao scanner Brother Ads-2800W ou similar - itens 3 e 4**) deverá ser apresentado(a):

6.3.6.2.1 Documentação técnica do produto ou declaração do fabricante ou certificado que ateste a conformidade com o padrão *Energy Star* ou similar; ou

6.3.6.2.2 Certificado que ateste a conformidade com o programa de Rotulagem Ambiental da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou similar; ou

6.3.6.2.3 Certificado emitido por instituição pública oficial ou certificado emitido por entidade ou laboratório reconhecido obrigatoriamente pelo Instituto Nacional de Metrologia (INMETRO); ou

6.3.6.2.4 Qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com a referida exigência.

6.3.6.3 Em caso de não apresentação das comprovações a proposta do licitante será desclassificada.

6.3.6.4 O Pregoeiro poderá conceder prorrogação do prazo de apresentação das comprovações exigidas, mediante justificativa plausível do licitante.

6.3.6.5 A Equipe de Apoio à Contratação avaliará os documentos apresentados e fará constar dos autos as informações a respeito da conformidade ou não às especificações, inserindo no expediente emitido os seguintes dados (se couber):

6.3.6.5.1 Identificação do material submetido à avaliação (por exemplo: nome do licitante, objeto (item) da licitação, conteúdo apresentado, marca do produto, lote de fabricação do produto, data de validade).

6.3.6.5.2 Indicação detalhada das características (especificação) do material submetido à avaliação.

6.3.6.5.3 Pronunciamento conclusivo (p. ex: APROVADO/REPROVADO) a respeito da conformidade do material com as exigências (especificações) constantes do ato convocatório.

6.3.7 Das Condições de Habilitação:

6.3.7.1 Os documentos relativos à habilitação, exigidos na **cláusula quarta**, deverão ser enviados ou entregues, em ordem de preferência, por intermédio do recurso "Enviar Anexo" do sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), pelo e-mail licitacoes@tre-se.jus.br ou na Seção de Licitações, observado o prazo estipulado pelo Pregoeiro, que será de no mínimo 2 (duas) horas, podendo esse prazo ser prorrogado, se houver justificativa plausível do licitante.

6.3.7.2 Será admitida a comprovação de regularidade via Internet, por meio de consulta "on-line" a sítios oficiais, inclusive para suprir data vencida em algum documento, ficando dispensada, para os documentos em que for possível esta comprovação, a entrega exigida no **item 6.3.7.1** e a apresentação dos originais.

6.3.7.2.1 Na impossibilidade de consulta ao SICAF e/ou aos sítios oficiais, observar-se-á o **item 6.3.7.1**.

6.3.7.3 A irregularidade fiscal das microempresas ou empresas de pequeno porte poderá ser sanada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, se houver justificativa plausível do licitante.

6.3.7.3.1 A não regularização referida no **item 6.3.7.3** implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/93 (Vide art.4º, §5º do Decreto 8.538/2015).

6.3.8 De Outras Disposições:

6.3.8.1 Na hipótese de a proposta ou de o lance de menor valor não ser aceito, ou se o licitante vencedor desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem classificatória, segundo o critério do menor preço, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

6.3.8.1.1 Na situação prevista no **item 6.3.8.1**, o Pregoeiro deverá proceder conforme os **itens 6.3.1 a 6.3.7**.

6.3.8.2 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

6.3.8.3 Em caso de desconexão do Pregoeiro nas fases de lances, aceitação e habilitação, o sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br) poderá permanecer acessível aos licitantes, retornando o Pregoeiro quando possível, sem prejuízo dos atos realizados.

6.3.8.4 Será declarado vencedor o licitante que apresentar a proposta de menor preço, segundo o fator **preço por item**, desde que atendidas as exigências deste Edital, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame pelo Pregoeiro.

6.3.8.5 Se não for apurada nenhuma proposta que atenda a este Edital, a Administração poderá fixar aos licitantes prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas ou documentação, escoimadas as causas que ensejaram a desclassificação.

CLÁUSULA SÉTIMA

DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

7.1 Todo o procedimento recursal será realizado **exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico** (www.comprasgovernamentais.gov.br), em formulários próprios.

7.2 A manifestação da intenção de interpor recurso será feita no final da sessão, no prazo designado pelo Pregoeiro.

7.2.1 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

7.3 Os recursos somente serão acolhidos após a verificação dos requisitos de admissibilidade da intenção de recorrer, quais sejam: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação por parte do licitante (Acórdão TCU-Plenário 339/2010).

7.3.1 Os requisitos de admissibilidade da intenção de recorrer, especificados no item **7.3**, devem ser interpretados da seguinte forma:

7.3.1.1 Sucumbência – a decisão do pregoeiro tem que causar prejuízo direto ao recorrente.

7.3.1.2 Tempestividade – só é passível de análise a intenção de recurso apresentada nos prazos exigidos por lei.

7.3.1.3 Legitimidade – só o licitante credenciado poderá interpor recurso.

7.3.1.4 Interesse – só é passível de análise a intenção de recurso que, acolhida, altere a situação jurídica do recorrente, isto é, modifique a ordem classificatória ou a habilitação do licitante ou de seus concorrentes no certame.

7.3.1.5 Motivação – o recorrente deverá indicar de forma precisa, clara e completa, embora não necessariamente detalhada, os equívocos ou a ilegalidade atribuídos ao pregoeiro, que, se corrigidos, alterariam a classificação das propostas ou a habilitação dos licitantes.

7.4 Aceita a intenção de recurso, será concedido ao recorrente prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões recursais, ficando os demais licitantes desde logo intimados a apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a correr após o término do prazo do recorrente.

7.5 Considerando o pregoeiro, ao apreciar a admissibilidade da intenção de recurso, que a motivação é manifestamente inconsistente ou equivocada, proferirá decisão fundamentada pelo não conhecimento, adjudicando o objeto da licitação ao vencedor.

7.5.1 Motivação manifestamente inconsistente é aquela que, mesmo instruída e fundamentada, não afeta o entendimento do TRE/SE sobre a questão.

7.5.2 Motivação manifestamente equivocada é aquela que não guarda pertinência com o item em julgamento, é imprecisa, obscura ou incompleta.

7.6 Cabe ao pregoeiro receber, examinar, instruir e decidir os recursos em até 5 (cinco) dias úteis.

7.6.1 Quando mantiver sua decisão, o pregoeiro deverá encaminhar os autos instruídos à autoridade competente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, tendo esta autoridade prazo idêntico para decisão.

7.6.2 O acolhimento do recurso pelo pregoeiro ou pela autoridade competente, importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.7 Fica assegurado aos licitantes:

7.7.1 O acesso ao inteiro teor das razões, contrarrazões e apreciação dos recursos, por intermédio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

7.7.2 Vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses na sede do TRE/SE, situado no Centro Administrativo Governador Augusto Franco (CENAF), Variante 2, Lote 7, Bairro Capucho, Aracaju/SE, no horário de expediente do Tribunal.

7.8 Dos atos praticados com respeito a este Pregão cabe recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos casos de:

7.8.1 Anulação ou revogação deste Pregão, contado da publicação do ato no Diário Oficial da União.

7.8.2 Rescisão da Contratação e ou aplicação das penas de advertência ou de multa, contado da intimação do ato pela autoridade competente do TRE/SE.

7.9 No caso específico da pena de impedimento de licitar, a ser aplicada pela Diretoria-Geral do TRE/SE, cabe recurso, dirigido ao Presidente do TRE/SE, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da intimação do licitante.

7.10 Recurso contra decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo.

7.10.1 A Diretoria-Geral do TRE/SE poderá, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva, nos casos previstos nos itens **7.8** e **7.9** desta cláusula.

7.10.2 O recurso será dirigido à autoridade competente do TRE/SE, por intermédio do pregoeiro, o qual, em 5 (cinco) dias úteis, o encaminhará, devidamente informado, para apreciação e decisão, em idêntico prazo.

CLÁUSULA OITAVA

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

8.1 O objeto deste Pregão será adjudicado ao licitante cuja proposta seja considerada vencedora **para o item**.

8.2 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente do TRE/SE adjudicará o objeto (exceto no caso do item **7.5**) e homologará o procedimento licitatório.

8.2.1 O adjudicatário, quando convocado, terá o prazo de até 2 (dois) dias úteis para receber a Nota de Empenho ou assinar o Contrato, conforme o caso, a contar da data em que receber a comunicação, salvo justificativa aceitável.

8.2.2 Se o licitante vencedor recusar-se a receber a Nota de Empenho ou a assinar o Contrato, injustificadamente, será aplicada a regra do item **8.3**.

8.3 Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular no ato de recebimento da Nota de Empenho ou da assinatura do Contrato, conforme o caso, será convocado outro licitante para fazê-lo, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

8.4 É vedada ao adjudicatário a sub-rogação (subcontratação, cessão ou transferência total) da contratação.

8.4.1 É vedada a subcontratação parcial do objeto da contratação, a associação com outrem, cessão ou transferência parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, de modo a prejudicar a execução, a juízo do TRE/SE.

8.5 A autoridade competente do TRE/SE poderá revogar esta licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

8.6 A anulação do procedimento deste Pregão por motivo de ilegalidade induzirá à da contratação, não gerando obrigação do TRE/SE em indenizar a Contratada, ressalvado o disposto no item **8.8** desta cláusula.

8.7 A declaração de nulidade da contratação originada por este Pregão opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido.

8.8 A nulidade não exonera o TRE/SE do dever de indenizar a Contratada pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável o motivo da nulidade, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

8.9 No caso de desfazimento do processo licitatório ficam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA

DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 Integram este Edital os seguintes anexos:

9.1.1 Anexo I - Termo de Referência.

9.1.2 Anexo II - Modelo de Termo de Recebimento Provisório.

9.1.3 Anexo III - Modelo de Termo de Recebimento Definitivo.

9.1.4 Anexo IV - Minuta de Contrato.

9.2 As regras que tratam de vigência, condições de recebimento do objeto da licitação, gerenciamento da contratação, forma de pagamento, alteração de preços e penalidades constam do Anexo I (Termo de Referência) e do Anexo IV (Minuta do Contrato).

9.3 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só se iniciando e se vencendo os referidos prazos em dia de expediente no TRE/SE, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

9.4 A Contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Instrumento, até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor.

9.4.1 O limite estabelecido no item **9.4** poderá ser excedido, para supressão, desde que resultante de acordo celebrado entre os Contratantes.

9.5 A suspensão dos trabalhos, necessariamente registrada, quer por desconexão superior a 10 (dez) minutos, quer por decisão do Pregoeiro, terá seu reinício subordinado à comunicação expressa aos licitantes.

9.6 É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade competente do TRE/SE, em qualquer fase desta licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

9.7 O licitante obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da sua habilitação.

9.8 Informações sobre o presente Edital poderão ser obtidas pelo telefone (79) 3209-8694 ou pelo endereço eletrônico licitacoes@tre-se.jus.br.

9.9 O foro competente para dirimir quaisquer dúvidas surgidas na presente relação contratual é o da Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.

9.10 Aplicam-se à execução desta contratação e aos casos omissos os recursos operacionais do sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), a Lei 10.520, de 17/7/2002, o Decreto 5.450, de 31/5/2005, a Lei Complementar 123, de 14/12/2006, o Decreto 8.538, de 06/10/2015, o Decreto 7.174, de 12/5/2010, a Resolução CNJ n.º 182, de 17/10/2013, a Resolução 120/2015 TRE/SE e, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/6/1993.

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1 DO OBJETO

1.1 Aquisição de licença de uso do software Microsoft Office 2016 ou superior, aparelho telefônico tipo VOIP e scanner.

2 DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

2.1 Considerando o disposto no art. 3º, *caput* e § 1º, da Lei 8.666/1993, c.c. art. 5º, *caput* e parágrafo único, do Decreto 5.450/2005, a adjudicação será feita por item, visando a ampliar a competitividade, de acordo com a tabela abaixo:

Item	Código SIASG	Bem	Quantidade Total	Métrica	Valor de Referência (R\$)
1	111490	Licença de uso do software Microsoft Office 2016 ou superior	10	Unidade	R\$ 5.750,00
2	BR366455	Aparelho telefônico tipo VOIP	350	Unidade	R\$ 79.100,00
3	150513	Scanner (ampla competição)	24	Unidade	R\$ 72.687,84
4	150513	Scanner (cota reservada)	8	Unidade	R\$ 24.229,28
Total (R\$)					R\$ 181.767,12

3 DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

3.1 Os termos “provê”, “possibilita”, “possui”, “permite”, “suporta”, “trabalha”, “utiliza”, “proporciona” e “é” implicam o fornecimento de todos os elementos necessários à implementação da funcionalidade citada. O termo “ou” implica que a especificação técnica mínima dos bens pode ser atendida por somente uma das opções.

3.1.1 Item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte:

Item	Código SIASG	Bem/Serviço	Métrica	Quantidade Total	Valor de Referência (R\$)
1	111490	Software, nome Software	Unidade	10	R\$ 5.750,00
Descrição Complementar	1.1 Licença de uso do software Microsoft Office 2016 ou superior. 1.1.1 Deve permitir que o usuário transfira a licença de uso e o software para um novo microcomputador, em caso de falha de hardware. 1.1.2 O licenciamento deve ser do tipo perpétuo, para uso corporativo. 1.1.3 O produto deve ser fornecido com garantia de 90 dias, englobando atualizações evolutivas e corretivas. 1.1.4 Deve ser fornecida mídia original do software ou ser informado o endereço eletrônico (URL) oficial do fabricante na Internet, para realização de download do software. 1.1.5 O software deverá ser fornecido na língua português do Brasil. 1.1.6 Não serão aceitas licenças educativas ou do tipo SAAS (Software As a Service).				

3.1.2 Item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte:

Item	Código SIASG	Bem/Serviço	Métrica	Quantidade Total	Valor de Referência (R\$)
2	BR366455	Aparelho telefônico tipo VOIP	Unidade	350	R\$ 79.100,00
Descrição Complementar	2.1 Aparelho telefônico tipo VOIP 2.1.1 Deve ser do tipo terminal IP. 2.1.2 Deve suportar IPV4 e IPV6. 2.1.3 Deve suportar protocolo SIP (RFC3261), TCP/IP/UDP, HTTP, ARP, ICMP, DNS, TFTP, NTP, DHCP (apenas cliente). 2.1.4 Deve suportar DTMF (RFC 2833, INBAND, SIP INFO). 2.1.5 Deve suportar NAT traversal (STUN). 2.1.6 Deve suportar QoS (802.1q e camada 3 ToS). 2.1.7 Deve suportar no mínimo 01 linha. 2.1.8 Deve suportar o registro de, pelo menos, 01 conta SIP. 2.1.9 Deve possuir display LCD que permita a visualização e operação de, pelo menos, 01 conta SIP. 2.1.10 Deve possuir, no mínimo, 02 interfaces Ethernet, sendo um primária e outra secundária (RJ45 10/100 Mbps), para compartilhamento de uma única conexão de rede por dois equipamentos (aparelho telefônico e microcomputador). 2.1.11 Deve suportar PoE no padrão IEEE802.3af (não serão aceitos adaptadores para atendimento deste requisito). 2.1.12 Deve permitir a Identificação do chamador. 2.1.13 Deve permitir chamada anônima e bloqueio de chamada anônima. 2.1.14 Deve permitir chamada em espera, retenção, mudo, transferência (direta ou após atendimento). 2.1.15 Deve ser fornecido com fonte de alimentação compatível com os aparelhos ofertados. 2.1.15.1 A fonte de alimentação deve possuir chaveamento automático de tensão e operar em tensão de entrada de 100 a 240 Vac 50-60 Hz. 2.1.16 Deve vir com os codecs G711 µ/A e G729AB devidamente licenciados e habilitados. 2.1.17 Deve suportar a configuração de identificador (ID) de VLAN. 2.1.18 Deve ser homologado pela ANATEL. 2.1.19 Deve ser fornecido com garantia de no mínimo 90 dias balcão, englobando hardware				

(troca ou reparo do equipamento, sem custo de envio e devolução para o Contratante) e software embarcado (atualizações evolutivas e/ou corretivas).

3.1.3 Item destinado à ampla competição:

Item	Código SIASG	Bem/Serviço	Métrica	Quantidade Total	Valor de Referência (R\$)
3	150513	Scanner	Unidade	24	R\$ 72.687,84
Descrição Complementar	<p>3.1 Scanner</p> <p>3.1.1 Deve ser fornecido scanner Brother Ads-2800W ou similar.</p> <p>3.1.2 Deve possuir alimentador automático de documentos que suporte pelo menos 40 páginas.</p> <p>3.1.3 Deve realizar digitalização frente e verso simultânea.</p> <p>3.1.4 Deve possuir volume de trabalho diário de, no mínimo, 1.500 páginas, de acordo com recomendação do fabricante.</p> <p>3.1.5 Deve realizar digitalização colorida de no mínimo 16bits.</p> <p>3.1.6 Deve possuir velocidade de digitalização de, pelo menos, 20 páginas por minuto (lado simples).</p> <p>3.1.7 Deve possuir resolução óptica de 600 dpi.</p> <p>3.1.8 Deve suportar, pelo menos, o tamanho do papel A4.</p> <p>3.1.9 Deve possuir detecção de alimentação de múltiplas páginas.</p> <p>3.1.10 Deve possuir, pelo menos, uma porta USB 2.0 ou superior e uma porta de rede Ethernet UTP (100 Base-TX ou superior).</p> <p>3.1.11 Deve ser capaz de gerar, no mínimo, os formatos de arquivos de saída do tipo JPG, PDF e PDF pesquisável (inclusive quando estiver funcionando em rede com múltiplos usuários), sem a necessidade de pagamento de licenças adicionais.</p> <p>3.1.12 Deve ser capaz de funcionar em rede com com múltiplos usuários conectados simultaneamente, ou seja, não deve existir a necessidade de desconexão do usuário corrente visando a permitir conexão de outro usuário quando da utilização do aplicativo de digitalização que acompanha o produto, sendo que apenas um dos usuários conectados comandará a digitalização de documentos. Tal exigência visa a evitar que o equipamento fique bloqueado por um determinado usuário caso ele esqueça de realizar a desconexão do scanner após o uso.</p> <p>3.1.13 Deve operar em tensão de 127 Volts e 60Hz.</p> <p>3.1.14 Nenhuma dimensão (largura, altura ou profundidade) deve exceder 50 cm (não considerando bandeja de saída ou suportes à entrada de papel).</p> <p>3.1.15 O peso do equipamento não deve exceder 6 kg.</p> <p>3.1.16 Deve ser compatível com o sistema operacional Microsoft Windows 7 (32/64 bits) ou superior.</p> <p>3.1.17 Deve vir acompanhado de todos os acessórios e softwares (licenciados de forma perpétua) necessários para o seu correto e integral funcionamento.</p> <p>3.1.18 Deve apresentar consumo eficiente de energia elétrica, em conformidade com os itens 12 e 14 deste instrumento.</p> <p>3.1.19 Deve ser fornecido com garantia de balcão de, no mínimo, 90 dias, englobando hardware (troca ou reparo do equipamento, sem custo de envio e devolução para o Contratante) e software (atualizações evolutivas e/ou corretivas).</p> <p>3.1.20 Equipamentos de referência:</p> <p>1) Scanner Brother Ads-2800W;</p> <p>2) Scanner Epson Workforce DS 780N;</p> <p>3) Scanner Fujitsu fi-7300NX.</p>				

3.1.4 Item destinado à contratação de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), com base no artigo. 8º do Decreto 8.538/2015:

Item	Código SIASG	Bem/Serviço	Métrica	Quantidade Total	Valor de Referência (R\$)
4	150513	Scanner	Unidade	8	R\$ 24.229,28

<p>Descrição Complementar</p>	<p>4.1 Scanner</p> <p>4.1.1 Deve ser fornecido scanner Brother Ads-2800W ou similar.</p> <p>4.1.2 Deve possuir alimentador automático de documentos que suporte pelo menos 40 páginas.</p> <p>4.1.3 Deve realizar digitalização frente e verso simultâneos.</p> <p>4.1.4 Deve possuir volume de trabalho diário de, no mínimo, 1.500 páginas, de acordo com recomendação do fabricante.</p> <p>4.1.5 Deve realizar digitalização colorida de no mínimo 16bits.</p> <p>4.1.6 Deve possuir velocidade de digitalização de, pelo menos, 20 páginas por minuto (lado simples).</p> <p>4.1.7 Deve possuir resolução óptica de 600 dpi.</p> <p>4.1.8 Deve suportar, pelo menos, o tamanho do papel A4.</p> <p>4.1.9 Deve possuir detecção de alimentação de múltiplas páginas.</p> <p>4.1.10 Deve possuir, pelo menos, uma porta USB 2.0 ou superior e uma porta de rede Ethernet UTP (100 Base-TX ou superior).</p> <p>4.1.11 Deve ser capaz de gerar, no mínimo, os formatos de arquivos de saída do tipo JPG, PDF e PDF pesquisável (inclusive quando estiver funcionando em rede com múltiplos usuários), sem a necessidade de pagamento de licenças adicionais.</p> <p>4.1.12 Deve ser capaz de funcionar em rede com com múltiplos usuários conectados simultaneamente, ou seja, não deve existir a necessidade de desconexão do usuário corrente visando a permitir conexão de outro usuário quando da utilização do aplicativo de digitalização que acompanha o produto, sendo que apenas um dos usuários conectados comandará a digitalização de documentos. Tal exigência visa a evitar que o equipamento fique bloqueado por um determinado usuário caso ele esqueça de realizar a desconexão do scanner após o uso.</p> <p>4.1.13 Deve operar em tensão de 127 Volts e 60Hz.</p> <p>4.1.14 Nenhuma dimensão (largura, altura ou profundidade) deve exceder 50 cm (não considerando bandeja de saída ou suportes à entrada de papel).</p> <p>4.1.15 O peso do equipamento não deve exceder 6 kg.</p> <p>4.1.16 Deve ser compatível com o sistema operacional Microsoft Windows 7 (32/64 bits) ou superior.</p> <p>4.1.17 Deve vir acompanhado de todos os acessórios e softwares (licenciados de forma perpétua) necessários para o seu correto e integral funcionamento.</p> <p>4.1.18 Deve apresentar consumo eficiente de energia elétrica, em conformidade com os itens 12 e 14 deste instrumento.</p> <p>4.1.19 Deve ser fornecido com garantia de balcão de, no mínimo, 90 dias, englobando hardware (troca ou reparo do equipamento, sem custo de envio e devolução para o Contratante) e software (atualizações evolutivas e/ou corretivas).</p> <p>4.1.20 Equipamentos de referência:</p> <p>1) Scanner Brother Ads-2800W;</p> <p>2) Scanner Epson Workforce DS 780N;</p> <p>3) Scanner Fujitsu fi-7300NX.</p>
-------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

4. DA MOTIVAÇÃO E FINALIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1 Licença de uso do software Microsoft Office 2016 ou superior

4.1.1 As licenças de uso do software Microsoft Office 2016 ou superior têm como propósito dotar a unidades SEPAG, COFIC, SECOG, SEFIN, NAF e SEPOR de recursos suficientes e adequados para o desempenho de suas funções institucionais.

4.2 Aparelho telefônico tipo VOIP

4.2.1 A aquisição de aparelho telefônico tipo VOIP visa a dar continuidade à migração da telefonia híbrida (analógica/digital), existente atualmente no Tribunal, para uma solução inteiramente VOIP, de menor custo operacional.

4.3 Scanner

4.3.1 A aquisição de scanner tem por objetivo suprir as zonas eleitorais de equipamentos suficientes para digitalização de documentos, que serão utilizados nos sistemas SEI e PJE.

5 DOS BENEFÍCIOS RESULTANTES DA CONTRATAÇÃO

5.1 Garantia da padronização dos formatos de documentos eletrônicos compartilhados com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e manutenção de conformidade com a legislação, no que se refere ao uso de software original (licenças de office)

5.2 Economia de papel e adequação dos formatos de documentos às exigências dos sistemas de processo eletrônico em uso no Tribunal (scanner).

5.3 Economia dos gastos com a manutenção dos serviços de telefonia (telefones VOIP).

5.4 Contribuir para atenuação dos riscos de indisponibilidade da Central Telefônica, cuja ocorrência pode ocasionar a perda de produtividade e eficiência dos processos de trabalho (telefones VOIP).

6 DO ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

6.1 A presente contratação contribui para o alcance do macrodesafio institucional "Melhoria da Infraestrutura e Governança de TIC".

7 DOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

7.1 O trabalho da Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) está reproduzido no documento Estudos Técnicos Preliminares da Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (Processo Administrativo 0006014-90.2019.6.25.8000), conforme determina a Resolução CNJ nº 182/2013.

7.2 As contratações relacionadas na tabela abaixo subsidiaram a elaboração dos estudos preliminares:

7.2.1 Pregão Eletrônico 161/2017 - Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (BIO-Manguinhos)

7.2.2 Pregão Eletrônico 12/2018 - Procuradoria da República (PB)

7.2.3 Pregão Eletrônico 5/2018 - Instituto Federal Fluminense (IFF)

7.3 Equipe de Apoio à Contratação

7.3.1 A equipe responsável por subsidiar a Área de Licitações em suas dúvidas, respostas aos questionamentos, recursos e impugnações, bem como na análise e julgamento das propostas das licitantes será constituída pelos seguintes integrantes:

7.3.1.1 Cosme Rodrigues de Souza e, em suas ausências, Martha Coutinho de Faria Alves;

7.3.1.2 Wagner de Ferreira Toledo e, em suas ausências, Walter Alves de Oliveira Filho.

7.4 Equipe de Gestão da Contratação (EGC)

7.4.1 A equipe responsável por fiscalizar a execução contratual será constituída pelos seguintes integrantes:

7.4.1.1 Gestor do Contrato: Cosme Rodrigues de Souza (*Scanner e Aparelho telefônico tipo VOIP*), Jânisson Santos de Jesus (*Microsoft Office*), Luciano Augusto Barreto Carvalho (*Microsoft Office*).

7.4.1.2 Fiscais Técnicos: Martha Coutinho de Faria Alves e, em suas ausências, Walter Alves de Oliveira Filho.

7.4.1.3 Fiscal Administrativo: Ricardo Loezer Carvalho Filho e, em suas ausências, Gilvan Meneses.

8 DA RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E A QUANTIDADE DE SERVIÇO A SER CONTRATADA

8.1 Licença de uso do software Microsoft Office 2016 ou superior

8.1.1 Serão necessários 10 (dez) licenças de uso, correspondente ao número de equipamentos nos quais serão instalados o software.

8.2 Aparelho telefônico tipo VOIP

8.2.1 Serão necessários 350 (trezentos e cinquenta) equipamentos para substituição de seus correspondentes, analógicos e digitais, existente no Tribunal.

8.3 Scanner

8.3.1 Serão necessárias 32 unidades, a serem utilizadas pelas zonas eleitorais e postos de atendimento.

9 DA ANÁLISE DO MERCADO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

9.1 Licença de uso do software Microsoft Office 2016 ou superior

9.1.1 Não se aplica ao objeto em questão, haja vista a exigência de manutenção de compatibilidade (vide DOD 0681722 e 0680912) com o formato dos documentos recebidos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

9.2 Aparelho telefônico tipo VOIP

9.2.1 O Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) vem implantando solução de voz sobre IP (VoIP), de forma gradativa, desde o ano de 2013. A solução é composta por duas Centrais Telefônicas (PABX), sendo uma física (Philips, modelo SOPHO IS 3030) e outra virtualizada (servidor executando o software Elastix). O PABX SOPHO, que atua como equipamento principal da solução, suporta ramais telefônicos analógicos (240), digitais (61), celulares (8 interfaces/canais de tronco analógico), e do tipo IP (60 ramais/licenças voip em uso e 40 licenças

de troncos IPs). A central Elastix, por seu turno, atua como equipamento de contingência, na hipótese de indisponibilidade do equipamento principal. A central telefônica virtualizada (que utiliza software de código livre e aberto) atua em conjunto com um "media gateway" da marca khomp (responsável por viabilizar a comunicação entre as redes PSTN e IP) e suporta até 1000 ramais telefônicos, sem a necessidade de aquisição de licenças de uso. Para realização das chamadas telefônicas são empregados telefones convencionais, que utilizam exclusivamente o PABX SOPHO e telefones IP, capazes de funcionar com ambos os equipamentos PABX.

9.2.2 Dando continuidade, portanto, à migração da telefonia híbrida (analógica/digital) existente atualmente, para uma solução inteiramente VOIP, de menor custo operacional, pretende-se adquirir 350 aparelhos telefônicos tipo VOIP.

9.2.3 Dessa forma, para o item em questão, a identificação de diferentes soluções de tecnologia da informação fica prejudicada, pois o que está sendo adquirido é apenas um componente da solução de telefonia (aparelho VOIP).

9.3 Scanner

9.3.1 O TRE-SE dispõe de solução de tecnologia da informação denominada "Solução Desktop", formada por microcomputador, sistema operacional, monitor de vídeo, teclado, mouse, nobreak, scanner, impressora multifuncional e caixas de som multimídia, que é disponibilizada (com as devidas adaptações, de acordo com o perfil de cada usuário) para todos os usuários de tecnologia da informação desempenharem suas atribuições institucionais.

9.3.2 Considerando que ao longo dos anos os diversos elementos da solução foram adquiridos de forma parcelada, haja vista a viabilidade técnica e econômica, ou ainda, são provenientes de doação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), é compreensível que alguns itens tenham sido danificados com o uso, estejam fora de garantia ou não existam em quantidade suficiente para atendimento das demandas atuais das áreas de negócio.

9.3.3 Sendo assim, para o item em questão, a identificação de diferentes soluções de tecnologia da informação fica prejudicada, pois o que está sendo adquirido é uma parte da solução (scanner) e não a "Solução Desktop" como um todo.

10 DA FORMA E DO CRITÉRIO DE ESCOLHA DO FORNECEDOR E TIPO DE LICITAÇÃO

10.1 O fornecedor será escolhido por meio de licitação, na modalidade Pregão, forma eletrônica e tipo "menor preço", com base no estudo da solução e do mercado de tecnologia da informação, tendo-se em conta que o objeto é considerado comum, nos termos do disposto no Acórdão 2.471/2008-Plenário, do Tribunal de Contas da União.

11 DO PARCELAMENTO DO OBJETO

11.1 A adjudicação será realizada por item, em conformidade com o disposto no art. 3º, *caput* e § 1º, da Lei 8.666/1993, c.c. art. 5º, *caput* e parágrafo único, do Decreto 5.450/2005.

12 DOS REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

12.1 O scanner Brother Ads-2800W ou similar (itens 3 e 4) deve apresentar consumo eficiente de energia elétrica, podendo-se comprovar o atendimento a essa exigência por meio da documentação listada no item **14.2**, que será submetida à análise da Equipe de Apoio à Contratação, nos moldes do item **14.5**.

13 DO FORNECIMENTO

13.1 O objeto da contratação deve ser entregue na Coordenadoria de Infraestrutura (COINF) do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, localizado no Centro Administrativo Governador Augusto Franco (CENAF), Lote 7, Variante 2, CEP 49081-000, Aracaju/SE, no horário das 7h às 13h, de segunda a sexta-feira, sujeito a alteração, devidamente comunicada pela Gestão/Fiscalização da Contratação, com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, sendo o frete, carga e descarga custeados pela Contratada.

13.1.1 A Contratada deverá entregar o objeto em até 30 (trinta) dias corridos contados do recebimento da Nota de Empenho ou da assinatura do Contrato, conforme o caso.

13.1.1.1 Presume-se recebida ou retirada a Nota de Empenho após 2 (dois) dias úteis de seu envio à Contratada, se outra data não houver sido registrada.

13.2 A Contratada deverá fornecer todas as licenças, insumos, suprimentos e componentes necessários para a instalação e pleno funcionamento dos equipamentos objeto deste Instrumento, não cabendo nenhum ônus adicional para o Contratante.

13.3 Caso o bem seja de origem importada, a Contratada deverá, no momento da entrega do objeto, declarar se o adquiriu no mercado interno ou, diretamente, no mercado externo, quando deverá comprovar plena quitação dos tributos de importação a ele referentes, sob pena de rescisão contratual e multa, conforme prescreve o art. 3º, III, do Decreto 7.174/2010.

13.4 O objeto deverá ser entregue devidamente identificado e em perfeitas condições, reservando-se ao TRE-SE o direito de recusar de pronto o material que flagrantemente não esteja em conformidade com a descrição de cada

item.

14 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

14.1 O(s) licitante(s) provisoriamente classificado(s) em 1º (primeiro) lugar, no prazo estipulado pelo Pregoeiro no sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), deverá(ão) apresentar informações comprobatórias das características solicitadas, mediante apresentação de documentos fornecidos pelos fabricantes dos produtos, tais como: catálogos, manuais, fichas de especificação técnica, informações obtidas em sites oficiais do fabricante na internet, devendo-se, nesse caso, ser fornecida URL (Uniform Resource Locator) ou apresentada declaração do fabricante.

14.1.1 Serão aceitos documentos tanto em português quanto em inglês.

14.2 Para fins de comprovação do consumo eficiente de energia elétrica (aplicável ao scanner Brother Ads-2800W ou similar - itens 3 e 4) deverá ser apresentado(a):

14.2.1 Documentação técnica do produto ou declaração do fabricante ou certificado que ateste a conformidade com o padrão *Energy Star* ou similar; ou

14.2.2 Certificado que ateste a conformidade com o programa de Rotulagem Ambiental da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou similar; ou

14.2.3 Certificado emitido por instituição pública oficial ou certificado emitido por entidade ou laboratório reconhecido obrigatoriamente pelo Instituto Nacional de Metrologia (INMETRO); ou

14.2.4 Qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com a exigência.

14.3 Em caso de não apresentação das comprovações a proposta do licitante será desclassificada.

14.4 O Pregoeiro poderá conceder prorrogação do prazo de apresentação das comprovações exigidas, mediante justificativa plausível do licitante.

14.5 A Equipe de Apoio à Contratação avaliará os documentos apresentados e fará constar dos autos as informações a respeito da conformidade ou não às especificações, inserindo no expediente emitido os seguintes dados (se couber):

14.5.1 Identificação do material submetido à avaliação (por exemplo: nome do licitante, objeto (item) da licitação, conteúdo apresentado, marca do produto, lote de fabricação do produto, data de validade).

14.5.2 Indicação detalhada das características (especificação) do material submetido à avaliação.

14.5.3 Pronunciamento conclusivo (p. ex: APROVADO/REPROVADO) a respeito da conformidade do material com as exigências (especificações) constantes do ato convocatório.

15 DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

15.1 São obrigações da Contratada:

15.1.1 Indicar, conforme o caso, no prazo de recebimento da Nota de Empenho ou de assinatura do Contrato, 2 (dois) dias úteis, representante para a execução do objeto da presente contratação.

15.1.1.1 Indicar outro representante, no mesmo prazo de 2 (dois) dias úteis, no caso de o Contratante utilizar-se do direito de determinar, a qualquer tempo, a sua substituição.

15.1.2 Responsabilizar-se pelo transporte, acondicionamento, entrega, e inclusive pelo descarregamento dos materiais, bem como por todas as despesas inerentes à contratação e pelos danos causados ao TRE/SE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução da contratação.

15.1.3 Fornecer o objeto da contratação de acordo com este instrumento e com as normas e especificações técnicas, entregando produtos novos, de primeiro uso, não reconicionados, obedecendo os prazos estipulados, e atendendo as normas do Código de Defesa do Consumidor.

15.1.4 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto da contratação.

15.1.5 Acatar as decisões, observações e sugestões feitas pela Gestão/Fiscalização da Contratação, que serão formuladas por escrito e enviadas, preferencialmente por meio de comunicação eletrônica (e-mail).

15.1.6 Facilitar o pleno exercício das funções da Gestão/Fiscalização da Contratação, atendendo às suas solicitações e fornecendo, a qualquer momento, todas as informações de interesse do Contratante, por ele julgadas necessárias, pertinentes ao objeto da contratação, sob pena de aplicação das sanções contratuais.

15.1.7 Reparar, corrigir ou substituir, dentro do prazo estabelecido, a partir da abertura do chamado, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta contratação em que se verificarem defeitos de fabricação, execução ou de materiais empregados, ainda que só detectados quando de sua utilização.

15.1.7.1 Quando não houver indicação de prazo determinado, será de 5 (cinco) dias úteis o prazo para a Contratada realizar o ato previsto no **item 15.1.7**.

15.1.8 Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na respectiva licitação.

15.1.9 Observar as normas do Código de Ética e Conduta Profissional do TRE/SE, instituído pela Resolução 120/2015 TRE/SE, disponível em: <http://www.tre-se.jus.br/o-tre/servidores-e-normas-internas/codigo-de-etica-e-conduta-profissional/codigo-de-etica-e-conduta-profissional>.

15.2 São obrigações do Contratante:

15.2.1 Proporcionar à Contratada as condições indispensáveis à execução do objeto deste Termo de Referência.

15.2.2 Comunicar imediatamente à Contratada qualquer ocorrência, preferencialmente por meio eletrônico (e-mail).

15.2.3 Efetuar, com pontualidade, os pagamentos à Contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste Termo de Referência.

15.2.4 Assegurar o acesso às suas dependências dos profissionais incumbidos do fornecimento/execução contratado, desde que os mesmos se apresentem devidamente identificados, respeitadas as normas internas (segurança, disciplina) do Contratante.

16 DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO, DA GESTÃO/FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO E DO PAGAMENTO

16.1 A gestão/fiscalização da contratação será realizada pela Equipe de Gestão da Contratação (EGC), mediante verificação da conformidade da execução com as condições estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta da Contratada e a aceitação por meio de atestação anexada na nota fiscal ou fatura, procedendo-se a observações, se necessário.

16.1.1 Os esclarecimentos solicitados pela EGC deverão ser prestados imediatamente, podendo ser fixado prazo de acordo com a complexidade do caso.

16.2 O objeto do Pregão será recebido, mediante termo próprio, da seguinte forma:

16.2.1 **Provisoriamente**, para efeito de verificação de sua conformidade com as especificações exigidas.

16.2.1.1 A Gestão/Fiscalização da Contratação terá 2 (dois) dias úteis, a contar da entrega do objeto, para informar se o(s) produto(s) entregue(s) está(ão) em conformidade com as especificações exigidas. Ato contínuo, emitirá “Termo de Recebimento Provisório”.

16.2.2 **Definitivamente**, em até 15 (quinze) dias úteis, a contar do “Termo de Recebimento Provisório” ou do saneamento das ocorrências nele apontadas, após avaliação da qualidade do objeto pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

16.3 A gestão/fiscalização, exercida no interesse do TRE/SE, bem como os recebimentos provisório e definitivo, não excluirão ou reduzirão a responsabilidade da Contratada pela adequada execução do objeto pactuado ou pelos danos e prejuízos causados (por culpa ou dolo) ao TRE/SE ou a terceiros.

16.4 A EGC rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratado que não obedecer ao disposto neste Termo de Referência.

16.5 Quando as decisões e providências ultrapassarem a competência da EGC, esta deverá solicitar aos seus superiores hierárquicos, em tempo hábil, a adoção das medidas cabíveis.

16.6 Pelo perfeito e fiel fornecimento do objeto deste Termo de Referência, o TRE/SE efetuará o pagamento do preço em até 20 (vinte) dias úteis, contados da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura da Contratada, acompanhada de todos os documentos e reunidas todas as condições necessários à atestação, através de qualquer tipo de Ordem Bancária.

16.6.1 Na hipótese de o valor a ser pago enquadrar-se no art. 5º, §3º, da Lei 8.666/1993, o prazo para pagamento será de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data da atestação, que ocorrerá após confirmação da regularidade dos documentos que acompanham a Nota Fiscal/Fatura.

16.6.2 A atestação será efetuada pela EGC em até 2 (dois) dias úteis, contados da perfeita e efetiva execução do objeto contratado.

16.6.3 O prazo para atestação não correrá enquanto a conformidade depender de providências por parte da Contratada, comprovadamente solicitadas pela EGC.

16.7 Para o pagamento, a EGC confirmará a regularidade da Contratada relativa à Seguridade Social - INSS, através da CND - Certidão Negativa de Débitos, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, através do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS, aos Débitos Fiscais e Trabalhistas, através da CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

16.7.1 A consulta à CND, ao CRF e à CNDT poderá ser realizada, respectivamente, nos seguintes endereços na internet: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATSP0/Certidao/CNDConjuntaSegVia/NICertidaoSegVia.asp?Tipo=1>, <https://webp.caixa.gov.br/cidadao/CRF/FgeCfSCriteriosPesquisa.asp> e <http://www.tst.jus.br/certidao>.

16.7.2 A consulta à CND deverá ser realizada sempre no CNPJ da matriz, enquanto ao CRF e à CNDT serão sempre no CNPJ efetivamente contratado (matriz ou filial, conforme o caso).

16.7.3 O CNPJ constante da nota fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e na Nota de Empenho ou no Termo de Contrato, conforme o caso.

16.7.3.1 Eventual mudança do CNPJ da Contratada (matriz/filial), encarregada da execução da contratação, constante dos documentos de habilitação, terá de ser solicitada formal e justificadamente, no prazo máximo de 8 (oito) dias úteis da data prevista para o pagamento da nota fiscal.

16.8 No que refere ao item 1 (Licença de uso do software Microsoft Office 2016 ou superior), de acordo com os Decretos 3.393/2011 e 3.646/2011 da Prefeitura Municipal de Aracaju, que regulamenta e disciplina a nota fiscal eletrônica e instituiu a substituição tributária, respectivamente, o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, na condição de tomador de serviço, exigirá da Contratada sediada fora do Município de Aracaju, caso o seu ramo de atividade seja a prestação de serviço, a apresentação do Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço (RANFS), conforme modelo IV do Decreto 3.393/2011.

16.8.1 A Contratada deverá, previamente à emissão da nota fiscal, efetuar cadastramento na Prefeitura de Aracaju, por meio do site <https://aracajuse.webiss.com.br/>.

16.8.2 O pagamento do(s) serviço(s) prestado(s) está condicionado ao aceite do RANFS no site da prefeitura do município de Aracaju/SE, pela EGC.

16.9 Na hipótese de não ocorrer o pagamento no prazo previsto, conforme o caso, nos **itens 16.6 e 16.6.1**, por causa atribuída exclusivamente à Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$EM = N \times VP \times I$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = Índice de atualização financeira:

$I = 6/100/365$ (ou seja, taxa anual/100/365dias).

$I = 0,0001644$.

16.9.1 Salvo a atualização financeira prevista no **item 16.9**, não será devida qualquer compensação ou penalidade por atraso de pagamento.

16.10 Enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de inadimplência ou penalidade da Contratada, nenhum pagamento lhe será devido, sem que isso gere direito a reajustamento ou atualização de preços.

16.11 Qualquer incorreção nas faturas ou notas fiscais comunicada à Contratada suspenderá os pagamentos até que sejam sanadas as irregularidades, sem que isto acarrete ao TRE/SE encargos financeiros adicionais.

16.12 Não haverá reajuste, uma vez que o prazo de vigência da contratação não será superior a 12 (doze) meses, acrescentando-se que o valor contratado será liquidado após o perfeito fornecimento do objeto, ficando adstrito à vigência dos respectivos créditos orçamentários do exercício.

17 DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

17.1 A Contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Instrumento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

17.1.1 O limite estabelecido no **item 17.1** poderá ser excedido, para supressão, desde que resultante de acordo celebrado entre os Contratantes.

18 DAS PENALIDADES

18.1 Pela inexecução total ou parcial da contratação o TRE/SE poderá, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

18.1.1 Advertência por inexecução parcial da contratação que não trouxer prejuízo ao fornecimento/execução do objeto, como atrasos injustificados no acatamento das decisões, observações e sugestões feitas pela Equipe de

Gestão da Contratação (EGC), ou inobservância de obrigação que não justifique imposição de penalidade mais grave.

18.1.1.1 A advertência será aplicada pela EGC, mediante aviso escrito à Contratada, decorridos 5 (cinco) dias úteis para sua manifestação, caso esta não apresente justificativa ou a apresentada seja insuficiente.

18.1.2 Multa sobre o **valor total do item contratado**:

18.1.2.1 **De até 5% (cinco por cento)**, quando não facilitar, atender ou informar o solicitado pela EGC.

18.1.2.2 **De até 10% (dez por cento)**, quando não reparar, corrigir ou substituir, dentro do prazo estabelecido, a partir da abertura do chamado, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta contratação em que se verificarem defeitos de fabricação, execução ou de materiais empregados, ainda que só detectados quando de sua utilização.

18.1.2.3 **De até 15% (quinze por cento)**, quando cumprir irregularmente as obrigações, especificações ou prazos.

18.1.2.4 **De até 20% (vinte por cento)**, quando não cumprir as obrigações, especificações ou prazos.

18.2 O atraso injustificado no fornecimento/execução de objeto deste Termo de Referência sujeitará a Contratada à multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o **valor total do item contratado**, por cada dia de atraso na entrega do objeto, limitado ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

18.3 As multas a que alude este Termo de Referência não impedem que a Administração rescinda unilateralmente a contratação e aplique as outras sanções previstas em lei.

18.4 As multas previstas neste Termo de Referência, bem como o valor necessário à reparação dos danos, serão descontados dos pagamentos eventualmente devidos pelo TRE/SE ou cobrados judicialmente.

18.5 Para que seja aplicada a sanção prevista no **item 18.1.2**, deve ser facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado de sua notificação.

18.6 As multas serão aplicadas pelo titular da Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças do TRE/SE.

18.7 O licitante ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/2002, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência e das demais cominações legais, nos prazos e em face da prática ou omissão dos atos seguintes:

18.7.1 Por até 1 (um) ano, no caso de ensejar o retardamento da execução de seu objeto ou de falhar na execução da contratação.

18.7.2 Por até 2 (dois) anos, no caso de não manter a proposta, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o Contrato ou não retirar a Nota de Empenho, conforme o caso, ou, na hipótese de retardamento da execução do objeto ou de falha na execução da contratação, causar prejuízo ao TRE/SE.

18.7.3 Por até 5 (cinco) anos, no caso de apresentar documentação (exigida para o certame) falsa, comportar-se de modo inidôneo, cometer fraude fiscal ou na execução da contratação.

18.8 A sanção do **item 18.7** poderá ser aplicada conjuntamente com a sanção dos **itens 18.1.2 e 18.2**.

18.9 A sanção prevista no **item 18.7** é de competência da Diretoria-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, facultada defesa ao interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado de sua notificação.

18.10 A culpabilidade da Contratada será aferida objetivamente, sendo o prejuízo concretamente demonstrado pela EGC, que documentará todos os contatos e fixará os prazos de atendimento.

18.10.1 As circunstâncias que envolverem a conduta da Contratada, ensejadoras da graduação da penalidade sugerida, deverão ser apreciadas pormenorizadamente, com opinativo em função do grau de prejudicialidade da atuação da Contratada.

18.11 À Contratada que se enquadrar em conduta penalizável aplicar-se-ão os seguintes critérios:

18.11.1 Será penalizada com o grau mínimo da escala sempre que caracterizada boa-fé e prejuízo irrelevante ao TRE/SE.

18.11.1.1 Considera-se boa-fé evidência concreta de atendimento às solicitações do TRE/SE.

18.11.1.2 Considera-se irrelevante o prejuízo que não enseje desatendimento parcial ao objeto da contratação.

18.11.2 Será penalizada com o grau máximo da escala, quando presentes má-fé ou desatendimento total ao objeto da contratação.

18.11.3 Para as penalizações que não se enquadrem nos **itens 18.11.1 e 18.11.2**, o escalonamento observará as circunstâncias concretas, notadamente a boa-fé da Contratada e a caracterização de prejuízo ao TRE/SE.

18.12 A advertência referida no **item 18.1.1.1**, bem como as notificações previstas nesta cláusula, serão realizadas preferencialmente por comunicação eletrônica (e-mail) para o endereço informado pela Contratada.

19 DA RESCISÃO DA CONTRATAÇÃO

19.1 A inexecução total ou parcial da Contratação enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

19.2 Constituem motivos para rescisão da contratação:

19.2.1 O não cumprimento de obrigações, especificações ou prazos.

19.2.2 O cumprimento irregular de obrigações, especificações ou prazos.

19.2.3 A lentidão no cumprimento da contratação, levando o TRE/SE a comprovar a impossibilidade de fornecimento/execução do objeto no prazo estipulado.

19.2.4 O atraso injustificado no início da execução contratual.

19.2.5 A paralisação da execução contratual, sem justa causa e prévia comunicação ao Contratante.

19.2.6 A sub-rogação (subcontratação, cessão ou transferência total) da contratação.

19.2.7 A subcontratação parcial do objeto da contratação, a associação com outrem, cessão ou transferência parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, de modo a prejudicar a execução, a juízo do TRE/SE.

19.2.8 O descumprimento das determinações regulares da Equipe de Gestão da Contratação (EGC), bem como das dos seus superiores hierárquicos.

19.2.9 O cometimento reiterado de faltas na execução contratual.

19.2.10 A decretação de falência.

19.2.11 A dissolução da sociedade.

19.2.12 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da Contratada que, a juízo do TRE/SE, prejudique a execução da contratação.

19.2.13 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela Autoridade competente do TRE/SE.

19.2.14 A supressão, por parte da Administração, de materiais e serviços, acarretando modificação do valor inicial da contratação além do limite estabelecido no **item 17.1**, na hipótese de não celebração do acordo previsto no **item 17.1.1**.

19.2.15 A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à Contratada, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação.

19.2.16 O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo TRE/SE, decorrentes de objeto já fornecido e devidamente conferido, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

19.2.17 A não liberação da área, local ou objeto para execução da contratação por parte do TRE/SE, nos prazos contratuais.

19.2.18 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução desta contratação.

19.2.19 O descumprimento do disposto no art. 27, V, da Lei 8.666/1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

19.3 A rescisão da Contratação poderá ser:

19.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito do Contratante, nos casos enumerados nos **itens 19.2.1 a 19.2.13 e 19.2.18** deste instrumento.

19.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para o TRE/SE.

19.3.3 Judicial, nos termos da legislação.

19.4 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de relatório da EGC e de autorização escrita e fundamentada da Autoridade competente do TRE/SE.

19.5 Quando a rescisão ocorrer com base nos **itens 19.2.13 a 19.2.18**, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a pagamentos devidos pela execução desta contratação até a data da rescisão.

19.6 A rescisão motivada por qualquer das condições definidas nos **itens 19.2.1 a 19.2.13 e 19.2.18** acarreta a retenção dos créditos decorrentes desta contratação, até o limite dos prejuízos causados ao Contratante, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência.

20 DA SUSPENSÃO DA CONTRATAÇÃO

20.1 A contratação poderá ser suspensa temporariamente, ficando sua fiel execução vinculada à disponibilidade orçamentária por parte do Órgão Contratante, caso em que será comunicado à Contratada.

21 DO FORO

21.1 O foro competente para dirimir quaisquer dúvidas surgidas na presente relação contratual é o da Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.

22 DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

22.1 Aplicam-se à execução desta contratação e aos casos omissos os recursos operacionais do sistema eletrônico (<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>), a Lei 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Complementar 123/2006, o Decreto 8.538/2015, o Decreto 7.174/2010, a Resolução CNJ 182/2013, a Resolução 120/2015 TRE/SE e, subsidiariamente, a Lei 8.666/1993.

ANEXO II

MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

Disponível em: <http://www.tre-se.jus.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/licitacoes-e-contratos> (pesquisar por número e ano da licitação) e <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/comprasnet-siasg> (pesquisar UASG 070012, por número e ano da licitação).

ANEXO III

MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

Disponível em: <http://www.tre-se.jus.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/licitacoes-e-contratos> (pesquisar por número e ano da licitação) e <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/comprasnet-siasg> (pesquisar UASG 070012, por número e ano da licitação).

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE, E _____, NA FORMA ABAIXO:

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE**, CNPJ 06.015.356/0001-85, com sede no Centro Administrativo Governador Augusto Franco - CENAF, Variante 2, Lote 7, Bairro Capucho, Aracaju/SE, 49.081-000, a seguir denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador **JOSÉ DOS ANJOS**, CPF 022.152.685-49, CI 124.727/SSP-SE, domiciliado no endereço funcional acima, no uso de suas atribuições legais, e _____, CNPJ _____, com sede na _____, adiante denominada CONTRATADA, neste ato representada por _____, CI _____, SSP/____, CPF/MF _____, (nacionalidade), (estado civil), residente e domiciliado(a) na _____, celebram entre si o presente Instrumento destinado à **AQUISIÇÃO DE LICENÇA DE USO DO SOFTWARE MICROSOFT OFFICE 2016 OU SUPERIOR, APARELHO TELEFÔNICO TIPO VOIP E SCANNER**, de acordo com a Lei 8.666/1993, com a Lei 10.520/2002, com o Decreto 5.450/2005, com a Lei Complementar 123/2006, com o Decreto 8.538/2015, com o Decreto 7.174/2010, com a Resolução CNJ 182/2013 e com a Resolução 120/2015 TRE/SE, bem como subordinada às condições e exigências estabelecidas no Edital do Pregão 06/2019 - Eletrônico e em seu(s) Anexo(s), na proposta da Contratada e mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Instrumento tem por objeto a aquisição dos seguintes equipamentos:

Item	Código SIASG	Bem/Serviço	Métrica	Quantidade Total
1	111490	Software, nome Software	Unidade	10
Descrição Complementar	<p>1.1 Licença de uso do software Microsoft Office 2016 ou superior.</p> <p>1.1.1 Deve permitir que o usuário transfira a licença de uso e o software para um novo microcomputador, em caso de falha de hardware.</p> <p>1.1.2 O licenciamento deve ser do tipo perpétuo, para uso corporativo.</p> <p>1.1.3 O produto deve ser fornecido com garantia de 90 dias, englobando atualizações evolutivas e corretivas.</p> <p>1.1.4 Deve ser fornecida mídia original do software ou ser informado o endereço eletrônico (URL) oficial do fabricante na Internet, para realização de download do software.</p> <p>1.1.5 O software deverá ser fornecido na língua português do Brasil.</p> <p>1.1.6 Não serão aceitas licenças educativas ou do tipo SAAS (Software As a Service).</p>			

Item	Código SIASG	Bem/Serviço	Métrica	Quantidade Total
2	BR366455	Aparelho telefônico tipo VOIP	Unidade	350
Descrição Complementar	<p>2.1 Aparelho telefônico tipo VOIP</p> <p>2.1.1 Deve ser do tipo terminal IP.</p> <p>2.1.2 Deve suportar IPV4 e IPV6.</p> <p>2.1.3 Deve suportar protocolo SIP (RFC3261), TCP/IP/UDP, HTTP, ARP, ICMP, DNS, TFTP, NTP, DHCP (apenas cliente).</p> <p>2.1.4 Deve suportar DTMF (RFC 2833, INBAND, SIP INFO).</p> <p>2.1.5 Deve suportar NAT traversal (STUN).</p> <p>2.1.6 Deve suportar QoS (802.1q e camada 3 ToS).</p> <p>2.1.7 Deve suportar no mínimo 01 linha.</p> <p>2.1.8 Deve suportar o registro de, pelo menos, 01 conta SIP.</p> <p>2.1.9 Deve possuir display LCD que permita a visualização e operação de, pelo menos, 01 conta SIP.</p> <p>2.1.10 Deve possuir, no mínimo, 02 interfaces Ethernet, sendo uma primária e outra secundária (RJ45 10/100 Mbps), para compartilhamento de uma única conexão de rede por dois equipamentos (aparelho telefônico e microcomputador).</p> <p>2.1.11 Deve suportar PoE no padrão IEEE802.3af (não serão aceitos adaptadores para atendimento deste requisito).</p> <p>2.1.12 Deve permitir a Identificação do chamador.</p> <p>2.1.13 Deve permitir chamada anônima e bloqueio de chamada anônima.</p> <p>2.1.14 Deve permitir chamada em espera, retenção, mudo, transferência (direta ou após atendimento).</p> <p>2.1.15 Deve ser fornecido com fonte de alimentação compatível com os aparelhos ofertados.</p> <p>2.1.15.1 A fonte de alimentação deve possuir chaveamento automático de tensão e operar em tensão de entrada de 100 a 240 Vac 50-60 Hz.</p> <p>2.1.16 Deve vir com os codecs G711 µ/A e G729AB devidamente licenciados e habilitados.</p> <p>2.1.17 Deve suportar a configuração de identificador (ID) de VLAN.</p> <p>2.1.18 Deve ser homologado pela ANATEL.</p> <p>2.1.19 Deve ser fornecido com garantia de no mínimo 90 dias balcão, englobando hardware (troca ou reparo do equipamento, sem custo de envio e devolução para o Contratante) e software embarcado (atualizações evolutivas e/ou corretivas).</p>			

Item	Código SIASG	Bem/Serviço	Métrica	Quantidade Total

3	150513	Scanner (ampla competição)	Unidade	24
Descrição Complementar	<p>3.1 Scanner</p> <p>3.1.1 Deve ser fornecido scanner Brother Ads-2800W ou similar.</p> <p>3.1.2 Deve possuir alimentador automático de documentos que suporte pelo menos 40 páginas.</p> <p>3.1.3 Deve realizar digitalização frente e verso simultânea.</p> <p>3.1.4 Deve possuir volume de trabalho diário de, no mínimo, 1.500 páginas, de acordo com recomendação do fabricante.</p> <p>3.1.5 Deve realizar digitalização colorida de no mínimo 16bits.</p> <p>3.1.6 Deve possuir velocidade de digitalização de, pelo menos, 20 páginas por minuto (lado simples).</p> <p>3.1.7 Deve possuir resolução óptica de 600 dpi.</p> <p>3.1.8 Deve suportar, pelo menos, o tamanho do papel A4.</p> <p>3.1.9 Deve possuir detecção de alimentação de múltiplas páginas.</p> <p>3.1.10 Deve possuir, pelo menos, uma porta USB 2.0 ou superior e uma porta de rede Ethernet UTP (100 Base-TX ou superior).</p> <p>3.1.11 Deve ser capaz de gerar, no mínimo, os formatos de arquivos de saída do tipo JPG, PDF e PDF pesquisável (inclusive quando estiver funcionando em rede com múltiplos usuários), sem a necessidade de pagamento de licenças adicionais.</p> <p>3.1.12 Deve ser capaz de funcionar em rede com com múltiplos usuários conectados simultaneamente, ou seja, não deve existir a necessidade de desconexão do usuário corrente visando a permitir conexão de outro usuário quando da utilização do aplicativo de digitalização que acompanha o produto, sendo que apenas um dos usuários conectados comandará a digitalização de documentos. Tal exigência visa a evitar que o equipamento fique bloqueado por um determinado usuário caso ele esqueça de realizar a desconexão do scanner após o uso.</p> <p>3.1.13 Deve operar em tensão de 127 Volts e 60Hz.</p> <p>3.1.14 Nenhuma dimensão (largura, altura ou profundidade) deve exceder 50 cm (não considerando bandeja de saída ou suportes à entrada de papel).</p> <p>3.1.15 O peso do equipamento não deve exceder 6 kg.</p> <p>3.1.16 Deve ser compatível com o sistema operacional Microsoft Windows 7 (32/64 bits) ou superior.</p> <p>3.1.17 Deve vir acompanhado de todos os acessórios e softwares (licenciados de forma perpétua) necessários para o seu correto e integral funcionamento.</p> <p>3.1.18 Deve apresentar consumo eficiente de energia elétrica, em conformidade com os itens 12 e 14 do Anexo I ao Edital do PE 06/2019.</p> <p>3.1.19 Deve ser fornecido com garantia de balcão de, no mínimo, 90 dias, englobando hardware (troca ou reparo do equipamento, sem custo de envio e devolução para o Contratante) e software (atualizações evolutivas e/ou corretivas).</p> <p>3.1.20 Equipamentos de referência:</p> <p>1) Scanner Brother Ads-2800W;</p> <p>2) Scanner Epson Workforce DS 780N;</p> <p>3) Scanner Fujitsu fi-7300NX.</p>			

Item	Código SIASG	Bem/Serviço	Métrica	Quantidade Total
4	150513	Scanner (cota reservada - artigo 8º do Decreto 8.538/2015)	Unidade	8
Descrição Complementar	<p>4.1 Scanner</p> <p>4.1.1 Deve ser fornecido scanner Brother Ads-2800W ou similar.</p> <p>4.1.2 Deve possuir alimentador automático de documentos que suporte pelo menos 40 páginas.</p> <p>4.1.3 Deve realizar digitalização frente e verso simultâneos.</p> <p>4.1.4 Deve possuir volume de trabalho diário de, no mínimo, 1.500 páginas, de acordo com recomendação do fabricante.</p>			

- 4.1.5 Deve realizar digitalização colorida de no mínimo 16bits.
- 4.1.6 Deve possuir velocidade de digitalização de, pelo menos, 20 páginas por minuto (lado simples).
- 4.1.7 Deve possuir resolução óptica de 600 dpi.
- 4.1.8 Deve suportar, pelo menos, o tamanho do papel A4.
- 4.1.9 Deve possuir detecção de alimentação de múltiplas páginas.
- 4.1.10 Deve possuir, pelo menos, uma porta USB 2.0 ou superior e uma porta de rede Ethernet UTP (100 Base-TX ou superior).
- 4.1.11 Deve ser capaz de gerar, no mínimo, os formatos de arquivos de saída do tipo JPG, PDF e PDF pesquisável (inclusive quando estiver funcionando em rede com múltiplos usuários), sem a necessidade de pagamento de licenças adicionais.
- 4.1.12 Deve ser capaz de funcionar em rede com com múltiplos usuários conectados simultaneamente, ou seja, não deve existir a necessidade de desconexão do usuário corrente visando a permitir conexão de outro usuário quando da utilização do aplicativo de digitalização que acompanha o produto, sendo que apenas um dos usuários conectados comandará a digitalização de documentos. Tal exigência visa a evitar que o equipamento fique bloqueado por um determinado usuário caso ele esqueça de realizar a desconexão do scanner após o uso.**
- 4.1.13 Deve operar em tensão de 127 Volts e 60Hz.
- 4.1.14 Nenhuma dimensão (largura, altura ou profundidade) deve exceder 50 cm (não considerando bandeja de saída ou suportes à entrada de papel).**
- 4.1.15 O peso do equipamento não deve exceder 6 kg.**
- 4.1.16 Deve ser compatível com o sistema operacional Microsoft Windows 7 (32/64 bits) ou superior.
- 4.1.17 Deve vir acompanhado de todos os acessórios e softwares (licenciados de forma perpétua) necessários para o seu correto e integral funcionamento.
- 4.1.18 Deve apresentar consumo eficiente de energia elétrica, em conformidade com os itens 12 e 14 do Anexo I ao Edital do PE 06/2019.
- 4.1.19 Deve ser fornecido com garantia de balcão de, no mínimo, 90 dias, englobando hardware (troca ou reparo do equipamento, sem custo de envio e devolução para o Contratante) e software (atualizações evolutivas e/ou corretivas).
- 4.1.20 Equipamentos de referência:**
- 1) Scanner Brother Ads-2800W;**
- 2) Scanner Epson Workforce DS 780N;**
- 3) Scanner Fujitsu fi-7300NX.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E GARANTIA

2.1 O prazo de vigência compreende:

2.1.1 O prazo de execução ou entrega: até 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura deste Instrumento.

2.1.2 O prazo de recebimento provisório: até 2 (dois) dias úteis, contados da entrega.

2.1.3 O prazo de recebimento definitivo: até 15 (quinze) dias úteis, contados do “Termo de Recebimento Provisório” ou do saneamento das ocorrências nele apontadas, após avaliação da qualidade do objeto pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

2.2 O prazo de garantia é de 90 (noventa) dias, contados do recebimento definitivo, nos moldes definidos no Anexo I ao Edital do PE 06/2019 - Termo de Referência.

2.3 O objeto da contratação deve ser entregue na Coordenadoria de Infraestrutura (COINF) do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, localizado no Centro Administrativo Governador Augusto Franco (CENAF), Lote 7, Variante 2, CEP 49081-000, Aracaju/SE, no horário das 7h às 13h, de segunda a sexta-feira, sujeito a alteração, devidamente comunicada pela Gestão/Fiscalização da Contratação, com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, sendo o frete, carga e descarga custeados pela Contratada.

2.4 A Contratada deverá fornecer todas as licenças, insumos, suprimentos e componentes necessários para a instalação e pleno funcionamento dos equipamentos objeto deste Instrumento, não cabendo nenhum ônus adicional para o Contratante.

2.4.1 Caso o bem seja de origem importada, a Contratada deverá, no momento da entrega do objeto, declarar se o adquiriu no mercado interno ou, diretamente, no mercado externo, quando deverá comprovar plena quitação dos tributos de importação a ele referentes, sob pena de rescisão contratual e multa, conforme prescreve o art. 3º, III, do Decreto 7.174/2010.

2.4.2 O objeto deverá ser entregue devidamente identificado e em perfeitas condições, reservando-se ao TRE/SE o direito de recusar de pronto o material que flagrantemente não esteja em conformidade com a descrição de cada item.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

3.1 São obrigações da Contratada:

3.1.1 Indicar, no prazo de assinatura deste Instrumento, 2 (dois) dias úteis, representante para a execução do objeto da presente contratação.

3.1.1.1 Indicar outro representante, no mesmo prazo de 2 (dois) dias úteis, no caso de o Contratante utilizar-se do direito de determinar, a qualquer tempo, a sua substituição.

3.1.2 Responsabilizar-se pelo transporte, acondicionamento, entrega, e inclusive pelo descarregamento dos materiais, bem como por todas as despesas inerentes à contratação e pelos danos causados ao TRE/SE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução da contratação.

3.1.3 Fornecer o objeto da contratação de acordo com este Instrumento e com as normas e especificações técnicas, entregando produtos novos, de primeiro uso, não reconicionados, obedecendo os prazos estipulados, e atendendo as normas do Código de Defesa do Consumidor.

3.1.4 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto da contratação.

3.1.5 Acatar as decisões, observações e sugestões feitas pela Gestão/Fiscalização da Contratação, que serão formuladas por escrito e enviadas, preferencialmente por meio de comunicação eletrônica (e-mail).

3.1.6 Facilitar o pleno exercício das funções da Gestão/Fiscalização da Contratação, atendendo às suas solicitações e fornecendo, a qualquer momento, todas as informações de interesse do Contratante, por ele julgadas necessárias, pertinentes ao objeto da contratação, sob pena de aplicação das sanções contratuais.

3.1.7 Reparar, corrigir ou substituir, dentro do prazo estabelecido, a partir da abertura do chamado, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta contratação em que se verificarem defeitos de fabricação, execução ou de materiais empregados, ainda que só detectados quando de sua utilização.

3.1.7.1 Quando não houver indicação de prazo determinado, será de 5 (cinco) dias úteis o prazo para a Contratada realizar o ato previsto no **item 3.1.7**.

3.1.8 Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na respectiva licitação.

3.1.9 Observar as normas do Código de Ética e Conduta Profissional do TRE/SE, instituído pela Resolução 120/2015 TRE/SE, disponível em: <http://www.tre-se.jus.br/o-tre/servidores-e-normas-internas/codigo-de-etica-e-conduta-profissional/codigo-de-etica-e-conduta-profissional>.

3.2 São obrigações do Contratante:

3.2.1 Proporcionar à Contratada as condições indispensáveis à execução do objeto deste Instrumento.

3.2.2 Comunicar imediatamente à Contratada qualquer ocorrência, preferencialmente por meio eletrônico (e-mail).

3.2.3 Efetuar, com pontualidade, os pagamentos à Contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste Instrumento.

3.2.4 Assegurar o acesso às suas dependências dos profissionais incumbidos do fornecimento/execução contratado, desde que os mesmos se apresentem devidamente identificados, respeitadas as normas internas (segurança, disciplina) do Contratante.

CLÁUSULA QUARTA - DA GESTÃO/FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

4.1 A Gestão/Fiscalização da Contratação será realizada pela Equipe de Gestão da Contratação (EGC), mediante verificação da conformidade da execução com as condições estabelecidas neste Instrumento e na proposta da Contratada e a aceitação por meio de atestação exarada na nota fiscal ou fatura, procedendo-se a observações, se necessário.

4.1.1 Os esclarecimentos solicitados pela EGC deverão ser prestados imediatamente, podendo ser fixado prazo de acordo com a complexidade do caso.

4.2 O objeto será recebido, mediante termo próprio, da seguinte forma:

4.2.1 Provisoriamente, para efeito de verificação de sua conformidade com as especificações exigidas.

4.2.1.1 A Gestão/Fiscalização da Contratação terá 2 (dois) dias úteis, a contar da entrega do objeto, para informar se o(s) produto(s) está(ão) em conformidade com as especificações exigidas. Ato contínuo, emitirá “Termo de Recebimento Provisório”.

4.2.2 Definitivamente, em até 15 (quinze) dias úteis, a contar do “Termo de Recebimento Provisório” ou do saneamento das ocorrências nele apontadas, após avaliação da qualidade do objeto pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

4.3 A Gestão/Fiscalização, exercida no interesse do TRE/SE, bem como os recebimentos provisório e definitivo, não excluem ou reduzirão a responsabilidade da Contratada pela adequada execução do objeto pactuado ou pelos danos e prejuízos causados (por culpa ou dolo) ao TRE/SE ou a terceiros.

4.4 A EGC rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratado que não obedecer ao disposto neste Instrumento, no Anexo I ao Edital do PE 06/2019 (Termo de Referência) e na respectiva proposta.

4.5 Quando as decisões e providências ultrapassarem a competência da EGC, esta deverá solicitar aos seus superiores hierárquicos, em tempo hábil, a adoção das medidas cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR

5.1 O valor total do presente Contrato importa em R\$ _____ (_____), compreendendo:

Item	Código SIASG	Bem	Quantidade Total	Métrica	Valor Total do Item (R\$)
1	111490	Licença de uso do software Microsoft Office 2016 ou superior	10	Unidade	
2	BR366455	Aparelho telefônico tipo VOIP	350	Unidade	
3	150513	Scanner (ampla competição)	24	Unidade	
4	150513	Scanner (cota reservada)	8	Unidade	
Total (R\$)					

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 Pelo perfeito e fiel fornecimento do objeto deste Instrumento, o TRE/SE efetuará o pagamento do preço em até 20 (vinte) dias úteis, contados da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura da Contratada, acompanhada de todos os documentos e reunidas todas as condições necessários à atestação, através de qualquer tipo de Ordem Bancária.

6.1.1 Na hipótese de o valor a ser pago enquadrar-se no art. 5º, §3º, da Lei 8.666/1993, o prazo para pagamento será de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data da atestação, que ocorrerá após confirmação da regularidade dos documentos que acompanham a Nota Fiscal/Fatura.

6.1.2 A atestação será efetuada pela EGC em até 2 (dois) dias úteis, contados da perfeita e efetiva execução do objeto contratado.

6.1.3 O prazo para atestação não correrá enquanto a conformidade depender de providências por parte da Contratada, comprovadamente solicitadas pela EGC.

6.2 Para o pagamento, a EGC confirmará a regularidade da Contratada relativa à Seguridade Social - INSS, através da CND - Certidão Negativa de Débitos, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, através do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS, aos Débitos Fiscais e Trabalhistas, através da CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.2.1 A consulta à CND, ao CRF e à CNDT poderá ser realizada, respectivamente, nos seguintes endereços na internet: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATSP0/Certidao/CNDConjuntaSegVia/NICertidaoSegVia.asp?Tipo=1>, <https://webp.caixa.gov.br/cidadao/CRf/FgeCfSCriteriosPesquisa.asp> e <http://www.tst.jus.br/certidao>.

6.2.2 A consulta à CND deverá ser realizada sempre no CNPJ da matriz, enquanto ao CRF e à CNDT serão sempre no CNPJ efetivamente contratado (matriz ou filial, conforme o caso).

6.2.3 O CNPJ constante da nota fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e neste Contrato.

6.2.3.1 Eventual mudança do CNPJ da Contratada (matriz/filial), encarregada da execução da contratação, constante dos documentos de habilitação, terá de ser solicitada formal e justificadamente, no prazo máximo de 8 (oito) dias úteis da data prevista para o pagamento da nota fiscal.

6.3 No que refere ao **item 1 (Licença de uso do software Microsoft Office 2016 ou superior)**, de acordo com os Decretos 3.393/2011 e 3.646/2011 da Prefeitura Municipal de Aracaju, que regulamenta e disciplina a nota fiscal eletrônica e instituiu a substituição tributária, respectivamente, o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, na condição de tomador de serviço, exigirá da Contratada sediada fora do Município de Aracaju, caso o seu ramo de atividade seja a prestação de serviço, a apresentação do Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço (RANFS), conforme modelo IV do Decreto 3.393/2011.

6.3.1 A Contratada deverá, previamente à emissão da nota fiscal, efetuar cadastramento na Prefeitura de Aracaju, por meio do site <https://aracajuse.webiss.com.br/>.

6.3.2 O pagamento do(s) serviço(s) prestado(s) está condicionado ao aceite do RANFS no site da prefeitura do município de Aracaju/SE, pela EGC.

6.4 Na hipótese de não ocorrer o pagamento no prazo previsto, conforme o caso, nos **itens 6.1 e 6.1.1**, por causa atribuída exclusivamente à Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$EM = N \times VP \times I$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = Índice de atualização financeira:

$I = 6/100/365$ (ou seja, taxa anual/100/365dias).

$I = 0,0001644$.

6.4.1 Salvo a atualização financeira prevista no **item 6.4**, não será devida qualquer compensação ou penalidade por atraso de pagamento.

6.5 Enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de inadimplência ou penalidade da Contratada, nenhum pagamento lhe será devido, sem que isso gere direito a reajustamento ou atualização de preços.

6.6 Qualquer incorreção nas faturas ou notas fiscais comunicada à Contratada suspenderá os pagamentos até que sejam sanadas as irregularidades, sem que isto acarrete ao TRE/SE encargos financeiros adicionais.

6.7 Não haverá reajuste, uma vez que o prazo de vigência da contratação não será superior a 12 (doze) meses, acrescentando-se que o valor contratado será liquidado após o perfeito fornecimento do objeto, ficando adstrito à vigência dos respectivos créditos orçamentários do exercício.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

7.1 A Contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Instrumento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

7.1.1 O limite estabelecido no **item 7.1** poderá ser excedido, para supressão, desde que resultante de acordo celebrado entre os Contratantes.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 Pela inexecução total ou parcial da contratação o TRE/SE poderá, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

8.1.1 Advertência por inexecução parcial da contratação que não trouxer prejuízo ao fornecimento/execução do objeto, como atrasos injustificados no acatamento das decisões, observações e sugestões feitas pela Equipe de Gestão da Contratação (EGC), ou inobservância de obrigação que não justifique imposição de penalidade mais grave.

8.1.1.1 A advertência será aplicada pela EGC, mediante aviso escrito à Contratada, decorridos 5 (cinco) dias úteis para sua manifestação, caso esta não apresente justificativa ou a apresentada seja insuficiente.

8.1.2 Multa sobre o valor total do item contratado:

8.1.2.1 De até 5% (cinco por cento), quando não facilitar, atender ou informar o solicitado pela EGC.

8.1.2.2 De até 10% (dez por cento), quando não reparar, corrigir ou substituir, dentro do prazo estabelecido, a partir da abertura do chamado, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta contratação em que se verificarem defeitos de fabricação, execução ou de materiais empregados, ainda que só detectados quando de sua utilização.

8.1.2.3 De até 15% (quinze por cento), quando cumprir irregularmente as obrigações, especificações ou prazos.

8.1.2.4 De até 20% (vinte por cento), quando não cumprir as obrigações, especificações ou prazos.

8.2 O atraso injustificado no fornecimento/execução de objeto deste Instrumento sujeitará a Contratada à multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o **valor total do item contratado**, por cada dia de atraso na entrega do objeto, limitado ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

8.3 As multas a que alude este Instrumento não impedem que a Administração rescinda unilateralmente a contratação e aplique as outras sanções previstas em lei.

8.4 As multas previstas neste Instrumento, bem como o valor necessário à reparação dos danos, serão descontados dos pagamentos eventualmente devidos pelo TRE/SE ou cobrados judicialmente.

8.5 Para que seja aplicada a sanção prevista no **item 8.1.2**, deve ser facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado de sua notificação.

8.6 As multas serão aplicadas pelo titular da Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

8.7 A Contratada ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/2002, sem prejuízo das multas previstas neste Instrumento e das demais cominações legais, nos prazos e em face da prática ou omissão dos atos seguintes:

8.7.1 Por até 1 (um) ano, no caso de ensejar o retardamento do fornecimento do objeto ou de falhar na execução da contratação.

8.7.2 Por até 2 (dois) anos, no caso de retardamento da execução do objeto ou de falha na execução da contratação que vier a causar prejuízo ao Contratante.

8.7.3 Por até 5 (cinco) anos, quando comportar-se de modo inidôneo, cometer fraude fiscal ou na execução da contratação.

8.8 A sanção do **item 8.7** poderá ser aplicada conjuntamente com a sanção dos **itens 8.1.2 e 8.2**.

8.9 A sanção prevista no **item 8.7** é de competência da Diretoria-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, facultada defesa ao interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado de sua notificação.

8.10 A culpabilidade da Contratada será aferida objetivamente, sendo o prejuízo concretamente demonstrado pela EGC, que documentará todos os contatos e fixará os prazos de atendimento.

8.10.1 As circunstâncias que envolverem a conduta da Contratada, ensejadoras da graduação da penalidade sugerida, deverão ser apreciadas pormenorizadamente, com opinativo em função do grau de prejudicialidade da atuação da Contratada.

8.11 À Contratada que se enquadrar em conduta penalizável aplicar-se-ão os seguintes critérios:

8.11.1 Será penalizada com o grau mínimo da escala sempre que caracterizada boa-fé e prejuízo irrelevante ao TRE/SE.

8.11.1.1 Considera-se boa-fé evidência concreta de atendimento às solicitações do TRE/SE.

8.11.1.2 Considera-se irrelevante o prejuízo que não enseje desatendimento parcial ao objeto da contratação.

8.11.2 Será penalizada com o grau máximo da escala, quando presentes má-fé ou desatendimento total ao objeto da contratação.

8.11.3 Para as penalizações que não se enquadrem nos **itens 8.11.1 e 8.11.2**, o escalonamento observará as circunstâncias concretas, notadamente a boa-fé da Contratada e a caracterização de prejuízo ao TRE/SE.

8.12 A advertência referida no **item 8.1.1.1**, bem como as notificações previstas nesta cláusula, serão realizadas preferencialmente por comunicação eletrônica (e-mail) para o endereço informado pela Contratada.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO DA CONTRATAÇÃO

9.1 A inexecução total ou parcial da Contratação enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

9.2 Constituem motivos para rescisão da contratação:

9.2.1 O não cumprimento de obrigações, especificações ou prazos.

9.2.2 O cumprimento irregular de obrigações, especificações ou prazos.

9.2.3 A lentidão no cumprimento da contratação, levando o TRE/SE a comprovar a impossibilidade de fornecimento/execução do objeto no prazo estipulado.

9.2.4 O atraso injustificado no início da execução contratual.

9.2.5 A paralisação da execução contratual, sem justa causa e prévia comunicação ao Contratante.

9.2.6 A sub-rogação (subcontratação, cessão ou transferência total) da contratação.

9.2.7 A subcontratação parcial do objeto da contratação, a associação com outrem, cessão ou transferência parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, de modo a prejudicar a execução, a juízo do TRE/SE.

9.2.8 O descumprimento das determinações regulares da Equipe de Gestão da Contratação (EGC), bem como das dos seus superiores hierárquicos.

9.2.9 O cometimento reiterado de faltas na execução contratual.

9.2.10 A decretação de falência.

9.2.11 A dissolução da sociedade.

9.2.12 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da Contratada que, a juízo do TRE/SE, prejudique a execução da contratação.

9.2.13 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela Autoridade competente do TRE/SE.

9.2.14 A supressão, por parte da Administração, de materiais e serviços, acarretando modificação do valor inicial da contratação além do limite estabelecido na **item 7.1**, na hipótese de não celebração do acordo previsto no **item 7.1.1**.

9.2.15 A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à Contratada, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação.

9.2.16 O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo TRE/SE, decorrentes de objeto já fornecido e devidamente conferido, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

9.2.17 A não liberação da área, local ou objeto para execução da contratação por parte do TRE/SE, nos prazos contratuais.

9.2.18 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução desta contratação.

9.2.19 O descumprimento do disposto no art. 27, V, da Lei 8.666/1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

9.3 A rescisão da Contratação poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito do Contratante, nos casos enumerados nos **itens 9.2.1 a 9.2.13 e 9.2.18** deste Instrumento.

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para o TRE/SE.

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação.

9.4 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de relatório da EGC e de autorização escrita e fundamentada da Autoridade competente do TRE/SE.

9.5 Quando a rescisão ocorrer com base nos **itens 9.2.13 a 9.2.18**, sem que haja culpa da contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a pagamentos devidos pela execução desta contratação até a data da rescisão.

9.6 A rescisão motivada por qualquer das condições definidas nos **itens 9.2.1 a 9.2.13 e 9.2.18** acarreta a retenção dos créditos decorrentes desta contratação, até o limite dos prejuízos causados ao Contratante, sem prejuízo das sanções previstas neste Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA SUSPENSÃO DA CONTRATAÇÃO

10.1 A contratação poderá ser suspensa temporariamente, ficando sua fiel execução vinculada à disponibilidade orçamentária por parte do Órgão Contratante, caso em que será comunicado à Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas com este Contrato terão como fonte para seu pagamento recursos orçamentários e financeiros consignados no Orçamento Geral da União e correrá à conta do Programa de Trabalho 02.122.0570.20GP.0028 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral, PTRES: 084632, Grupo Natureza de Despesa (GND) – Investimentos, Nota de Empenho 2019NEXXXXXX.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REPRESENTANTE DA CONTRATADA

12.1 A Contratada indica _____, para representá-la na execução do objeto do presente Contrato, reservando-se o Contratante o direito de determinar, a qualquer tempo, a sua substituição, caso em que a Contratada deverá indicar outro representante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO

13.1 Integram o presente Instrumento, independentemente de sua transcrição, o Edital do Pregão 06/19– Eletrônico e todos os seus Anexos, bem como a Proposta da Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 O foro competente para dirimir quaisquer dúvidas surgidas na presente relação contratual é o da Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

15.1 Aplicam-se a este Instrumento e aos casos omissos os recursos operacionais do sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), a Lei 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Complementar 123/2006, o Decreto 8.538/2015, o Decreto 7.174/2010, a Resolução CNJ 182/2013, a Resolução 120/2015 TRE/SE e, subsidiariamente, a Lei 8.666/1993.

Para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente Contrato, cujo extrato fica registrado, de acordo com o art. 60, da Lei 8.666/93, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes, em três vias de igual teor e forma para que produza seus efeitos legais.

Aracaju, ____ de _____ de 2019.

Desembargador JOSÉ DOS ANJOS
Presidente

NOME DA(O) REPRESENTANTE DA CONTRATADA

Razão Social da Contratada



Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANE MOURA DE FIGUEIREDO DÉDA**, Analista Judiciário, em 24/07/2019, às 08:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site
https://apps.tre-se.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
informando o código verificador **0729658** e o código CRC **7BC77F15**.



0016353-11.2019.6.25.8000

0729658v5